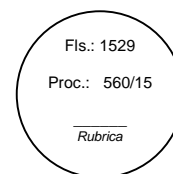




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



PROCESSO Nº 560/2015 (8 volumes)

APENSOS Nº 29493/2011 – TCDF

Nº 150.001054/2015 - GDF

Nº 070.001421/2015 - GDF

INTERESSADO: Vários Órgãos/Entidades

MONTANTE EM EXAME: R\$ 307.407.268,81

ASSUNTO: **Auditoria de regularidade.**

EMENTA: Auditoria de Regularidade levada a efeito junto a folha de pagamento vários órgãos e entidades, constante do PGA 2015. Fiscalização da regularidade de determinadas rubricas na folha de pagamento da Administração Distrital (Indenização de transporte; Auxílio-transporte; Hora-extra; Adicional Noturno; Auxílio-alimentação; Auxílio-creche; Adicional por Tempo de Serviço; Auxílio-moradia (PMDF e CBMDF); Pagamentos sem amparo legal; VPNIs e Parcelas Complementares). Cessões/requisições. Teto remuneratório. 2ª Aposentadoria/pensão em cargo não acumulável (Decisões nºs 4.906/2010 e 3.034/2014). Auditoria realizada simultaneamente com fiscalização levada a efeito pelo Controle Interno, na qual se examina a regularidade de outras parcelas remuneratórias e situações que impactam a folha de pagamento (Processo GDF nº 480.000110/2015).

Manifestações das jurisdicionadas em atendimento a Decisão nº 3191/2015. Conhecimento. Análise. Determinações.

Senhor Diretor:

Trata-se de auditoria de regularidade realizada em vários órgãos e entidades do GDF, tendo por objeto verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores e empregados ativos, inativos e pensionistas, de acordo com o Plano Geral de Ação do TCDF para 2015, aprovado por meio da Decisão Administrativa nº 1/2015, Processo nº 32510/2014-e.

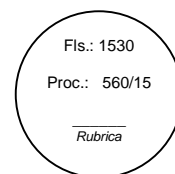
2. Os trabalhos culminaram na Decisão nº 3191/2015 (fls. 234/235), a qual foi encaminhada às jurisdicionadas por meio do Ofício-Circular nº 9/2015-GP (fls. 238/288) para conhecimento e manifestação sobre as proposições no relatório de auditoria, nos termos do art. 41, § 2º, da LC Nº 1/1994.

3. Embora cientes do teor da deliberação do Tribunal, deixaram de se manifestar a Secretaria de Saúde, as Administrações Regionais do Guará, de São



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA e da Fercal, a Procuradoria-Geral, a Defensoria Pública, o Departamento de Estradas de Rodagem, o Metrô, a Secretaria do Meio Ambiente e a Fundação Hemocentro de Brasília. A Secretaria de Educação também não enviou resposta mas apresentou justificativas para tanto (fl. 1373) solicitando dilação do prazo para se manifestar (fls. 1374/1375).

4. Conforme se extrai do referido art. 41, § 2º, da LC nº 1/1994, bem assim da Resolução-TCDF nº 271/2014, que o regulamenta, deve ser conferida ao órgão ou entidade fiscalizada a oportunidade de pronunciar-se acerca dos achados de auditoria, sendo certo que a “não apresentação de considerações dentro do prazo fixado ensejará preclusão ao direito de manifestação prévia” (art. 1º, §§ 1º e 3º, da Resolução).

5. Neste caso, as sugestões endereçadas aos órgãos/entidades mencionados no parágrafo 3º devem ser objeto de deliberação do Tribunal. Também deve a Corte, à vista do que dispõem os itens III.1 e IV.1 da Decisão nº 3191/2015, deliberar acerca das recomendações e determinações de que tratam os itens III, V a X das sugestões de fls. 204/206, com as observações lançadas nesta Instrução, a fim de que tais orientações passem a constar de deliberação plenária.

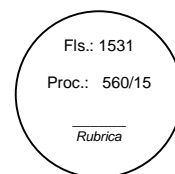
6. A Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios – SERCOND foi extinta pelo Decreto nº 36.236/2015 (art. 3º, inciso I). Esse decreto em seu art. 8º, § 2º, inciso II, transferiu os órgãos, competências, atribuições, cargos e funções da SERCOND, bem como das Secretarias de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano e de Desenvolvimento da Região Metropolitana para a Secretaria de Gestão do Território e Habitação. O referido dispositivo foi revogado pelo art. 5º do Decreto nº 36.262/2015, mas para transferir a estrutura da extinta Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Além disso, o art. 5º do Decreto nº 36.339/2015, redistribuiu os cargos de provimento efetivo da SERCOND para a SEGETH, levando a concluir que se manteve a transferência em relação à SERCOND.

7. As determinações envolvem significativa quantidade de servidores/empregados e considerável número de órgãos/entidades. As respostas enviadas foram em ordem distinta da constante dos itens da decisão. Nesse contexto, optou-se pelo exame na ordem das determinações sugeridas e, em cada item, na sequência do recebimento das respostas das jurisdicionadas, a fim de facilitar, na medida do possível, a consulta aos documentos encaminhados. Ademais, para facilitar a compreensão, transcreve-se o texto das medidas sugeridas, com a pertinente análise das considerações e documentação apresentadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Decisão nº 3191/2015

II – com fundamento no art. 41, § 2º, da LC nº 01/94, dar conhecimento do Relatório de Auditoria nº 02/2015 (fls. 117/208) a todos os jurisdicionados envolvidos, para que, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, apresentem, naquilo que lhes for devido, os esclarecimentos/justificativas pertinentes ou indiquem as eventuais providências adotadas com relação aos itens IV, V, VI, VII, VIII e XI das sugestões apresentadas no relatório de auditoria;

Relatório de Auditoria nº 2/2015

IV - determinar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da *regularidade* de cada situação, que:

- a) a SESDF e as Administrações Regionais do Guará e de São Sebastião justifiquem os pagamentos que vêm sendo realizados a seus servidores, elencados no Quadro I do Relatório de Auditoria, a título de auxílio-transporte e de indenização de transporte, esclarecendo se houve pagamentos concomitantes dessas duas parcelas a esses servidores. Caso a resposta seja afirmativa, deverão realizar os ajustes necessários, a fim de evitar o pagamento concomitante das mesmas, em cumprimento ao art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, observados o contraditório e a ampla defesa;

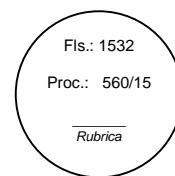
8. Como anteriormente relatado, não obstante devidamente cientificados, a Secretaria de Saúde em 10/8/2015 (fl. 269) e as Administrações Regionais do Guará e de São Sebastião em 12/8/2015 (fls. 279 e 284), não foram recebidas notícias sobre eventuais providências adotadas em razão da determinação em análise.

- b) em relação ao Auxílio-Transporte, a SEGETH, a SEF, a SEAGRI, a SEDHS, a SEMOB, o SLU, a SINESP, a SECRIANÇA, a PGDF, a ADASA, a SEJUS, o IBRAM, a AGEFIS, a DPDF, a SEGAD, a SCDF, a Casa Civil, a SERCOND, a SEMIDH, a EMATER, a SEGAD (SIGH 045 e 144), o Jardim Botânico de Brasília, o DETRAN, a PCDF, o DFTRANS, a SES, a SE (SIGH 652 e 802), a NOVACAP, o DER e as Administrações Regionais de Brasília, de Sobradinho, de Sobradinho II, do Núcleo Bandeirante, do Guará, de Samambaia, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA, de Vicente Pires e da Fercal devem verificar a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



domicílio informado com as linhas a que o servidor faz jus, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada, adotando a regularização imediata nos casos em que houver incorreções;

9. Cumpre consignar que no tocante à Secretaria de Educação, há recursos a serem apreciados pela Corte (Processo nº 958/2016-e) admitidos pela Decisão nº 5773/2015 (fl. 1174) e pela Decisão nº 1907/2016 (fl. 1444). As alegações lá inseridas são relatadas em parte também em expediente recebido na Ouvidoria desta Casa (fls. 1257/1263).

10. Em razão da quantidade de servidores e entidades/órgãos envolvidos nessa proposição, optou-se por organizar as respostas apresentadas em quadros sinóticos segmentados por jurisdição, conforme segue.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
Administração Regional de Sobradinho (076)			
1654262-2	Genesio Francisco da Silva	Comprovação (fls. 291/293)	Exonerado em 31/12/2014 pelo Decreto nº 36.237/2015. Não consta outro vínculo no SIGRH. (fl. 1450)
41642-8	Miriam Gomes de Melo	Comprovação (fls. 298/301)	Não recebe mais. Está na AR do Guará onde não recebe a parcela (fl. 1451).
1661211-6	Windson Martins Rocha	Comprovação (fls. 294/297)	Exonerado em 31/12/2014 pelo Decreto nº 36.237/2015. Não consta outro vínculo no SIGRH (fl. 1452).
Administração Regional do Plano Piloto (Brasília) (072)			
34444-3	Laecio Gomes da Silva	Comprovação (fls. 331/333)	Alterou endereço e solicitou exclusão do Auxílio-Transporte (fls. 304 e 305). Está na Defensoria Pública do DF onde não recebe a parcela (fl. 1453).
Casa Civil (050)			
1667395-6	Elizete Muller	Justificativa (fls. 335, 337 e 338)	Exonerada em 31/12/2014 pelo Decreto nº 36.237/2015 (fls. 336 e 1454). Devolução do recebido a maior janeiro/2015 (fl. 1455). Não consta outro vínculo no SIGRH (fl. 1454).
Administração Regional de Vicente Pires (102)			
1652326-1	Neuseli de Souza Santos	Comprovação (fls. 349/356)	Exonerada em 31/12/2014. Decreto nº 36.237/2015. Não consta outro vínculo no SIGRH (fl. 1456).

Arquivo: C:\temp\E3A1960B.docx

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SEMIDH (053)			
172239-5	Eloisa de Oliveira Varela Alves	Concessão indevida (fl. 372). Ressarcimento (fls. 376 e 377)	Não recebe mais. Ressarcimento encerrado (fls. 1457 e 1458).
1657106-1	Luciana Vitorino dos Santos	Notícia estar regular (fl. 372)	Conformidade dos registros no SIGRH (fl. 1459).
1653191-4	Wallace Vieira da Silva	Notícia estar regular (fl. 372)	Alterou endereço e não mais recebe (fl. 1460).
IBRAM (029) - Tabela I (fls. 103/108) referência dezembro de 2014			
81755-4	Jose Marco Monteiro da Silva	Informa que foi redistribuído para SLU (fl. 380).	Desligado do IBRAM em 31/12/1014 (fl. 1461). No SLU ainda está cadastrado como cedido ao IBRAM (fl. 1462). Tem cadastro de requisitado (Matrícula nº 1672370-8), onde não há registros de pagamentos (fl. 1463).
263899-1	Romulo Pitangui Abdalla	Notificado, o servidor apresentou recurso, autuado sob nº 391.001393/2015 (fl. 379).	O processo citado se encontra no IBRAM/DIGEP/SUAG desde 14/1/2016 (fl. 1464). Obs.: Refere-se a recebimento cumulativo de Auxílio- Transporte e Indenização de Atividades Externas.
1666661-5	Webius Luiz da Silva	Entregou documentação para recadastramento e está entregando 2ª via das passagens (fl. 380).	Permanece recebendo. Conformidade dos registros no SIGRH (fl. 1465).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
IBRAM (029) - Apuração feita pela entidade em junho de 2015 (fl. 381)			
263931-9	Alípio Pires Quintanilha	Utilizava para despesas com veículo particular. Suspensão do benefício em setembro/2015 (fls. 379 e 380).	Confirmada suspensão no SIGRH.
1668182-7	Francinete Almeida da Cruz Silva	Documentação incompleta. Solicitada regularização (fl. 380).	Permanece recebendo. Conformidade dos registros no SIGRH (fl. 1466).
183993-4	Jhonei Batista de Souza	Documentação incompleta. Solicitada regularização (fl. 379).	Não recebe desde novembro de 2015.
183980-2	Misael da Silva Gomes	Utilizava para despesas com veículo particular. Suspensão do benefício em setembro/2015 (fl. 379).	Confirmada suspensão no SIGRH.
198373-3	Paulo Henrique de Oliveira Fernandes	Documentação em análise (fl. 379).	Não recebe desde novembro de 2015. Neste ano recebeu apenas em alguns meses e valores bem díspares (fl. 1467).
1668179-7	Sebastião V. Augusto de Oliveira	Solicitada documentação comprobatória (fl. 380).	Permanece recebendo. Conformidade dos registros no SIGRH (fl. 1468).
263959-9	William Neres de Araújo	Solicitou cancelamento por mudança de lotação a partir de agosto/2015 (fl. 380).	Confirmado cancelamento no SIGRH.
ADASA (027)			
215169-3	João Paulo Farias Silva	Comprovação regular (fls. 391/396). Juntadas cópias de passagens (fls. 394/396).	Recebendo no SIGRH.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SEJUS (028)			
227189-3	Gislaine Monhol Canal	Comprovação (fls. 409/411). Desligada em 1/1/2015 (fl. 408).	Não consta outro vínculo no SGRH (fl. 1469).
225314-3	Mayerlle de Sousa Barbosa	Comprovação (fls. 413/416). Desligada em 1/1/2015 (fl. 412).	Não consta outro vínculo no SGRH (fl. 1469).
224367-9	Vivian Abadia Policena da Silva	Comprovação (fls. 418 e 419). Juntadas cópias de passagens (fls. 421/527).	Não recebe desde abril/2016.
Jardim Botânico de Brasília (175)			
266518-2	Nailton Cordeiro dos Santos	Comprovação (fls. 529/531).	Exonerado em 31/12/2014 pelo Decreto nº 36.237/2015 e renomeado em 15/1/2015 (fl. 1470). Não recebe desde agosto/2015.
DFTRANS (495)			
263951-3	Graciely Olimpia da Silva Cardoso	Comprovação parcial mediante declaração, sem juntada de cópia de comprovante nela mencionada (fl. 580).	Endereço constante do SGRH e do cadastro da Receita Federal diferente do informado (fl. 1471). Não recebe desde maio/2016.
SEDHS (009) atual SEDESTMDH (033)			
221564-0	Flavio Vilas Boas Teixeira	Comprovação parcial (fls. 589/591). Não foi juntado comprovante de residência.	Endereço informado (fl. 589) corresponde ao constante do SGRH e no cadastro da Receita Federal.
104205-X	Maria Lucia Nunes Paixão	Comprovação regular (fls. 585/588).	Não recebe desde abril/2016.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
NOVACAP (840)			
73597-3	Dorvalino de Sousa Marinho	Endereço registrado em Formosa (fls. 614 e 615). Não está mais recebendo (fl. 612).	Não recebe desde julho/2015.
Polícia Civil (311)			
31861-2	Ariosvaldo Rocha Vieira	Comprovação regular (fls. 645/647).	Endereço indicado difere do constante do cadastro da Receita Federal (fl. 1472).
43843-X	Isabel Cristina Neto de Oliveira	Comprovação regular (fls. 619/621). Juntadas cópias de passagens (fls. 621v/626)	Endereço informado confere com o do cadastro da Receita Federal, mas não com o registrado no SIAPE (fl. 1473).
Administração Regional de Samambaia (083)			
1660147-5	Evanilda Ferreira dos Santos	Comprovação (fls. 673/676).	Exonerada em 1º/1/2015 e não consta outro vínculo no SIGRH. (fl. 1474).
Secretaria de Fazenda (007)			
31286-X	Rosaine da Silva Dias	Comprovação (fls. 689/691 e 810/811)	Não recebe desde novembro/2015.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
DETRAN (230)			
250513-4	Erivelton Cardoso da Silva	Comprovação regular (fls. 821/829).	Recebendo no SIGRH.
698-X	Herminio Moreira Alves	Solicitou cancelamento a partir de julho/2015 (fls. 838/842).	Confirmado cancelamento no SIGRH.
194172-0	Isaac Amaro da Silva	Comprovação (fls. 866/870 e 872). Juntadas cópias de passagens (fls. 873/892)	Recebendo no SIGRH. Endereço informado diverge do cadastro na Receita Federal (fl. 1475).
250290-9	Jorge Ramos dos Santos	Comprovação regular (fls. 830/837).	Recebendo no SIGRH.
250926-1	Karina Fernandes Oliveira	Comprovação (fls. 848/855). Juntadas cópias de passagens (fls. 858/865)	Recebendo no SIGRH. Endereço informado, embora no mesmo município, diverge do cadastro na Receita Federal (fl. 1476).
904-0	Lito Haga Silva Mendes	Solicitou cancelamento a partir de junho/2015 (fls. 843/847).	Confirmado cancelamento no SIGRH.
Secretaria de Mobilidade (010)			
82124-1	Silvano Ferreira da Cunha	Não pertence à secretaria, mas ao SLU (fl. 955).	Ele era da secretaria e foi para o SLU em 31/12/2014 (fl. 1477). Atuando nessa autarquia recebeu Auxílio-Transporte de fevereiro a julho e em outubro/2015 (fl. 1478). Voltou a receber em abril/2016 (fl. 1479). Endereço no SIGRH diverge do cadastro na Receita Federal (fl. 1480).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SLU (011)			
83333-9	Maria Madalena	Comprovação regular (fls. 967/972).	Recebendo no SIGRH.
82706-1	Moacir Ferreira da Cruz	Comprovação (fls. 973/983). Declara ainda que não atualizou o endereço na Receita Federal (fl. 984).	Recebendo no SIGRH. A falta de atualização do endereço junto à Receita Federal contraria o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), o qual determina que a alteração da residência deve ser comunicada as repartições competentes no prazo de trinta dias, podendo também ser efetuada quando da entrega da declaração de rendimentos. De acordo com os contratos de aluguel (fls. 977/980), a mudança ocorreu desde 2103, ou seja, já transcorreram quase três anos, tempo mais que suficiente para a atualização pela entrega da declaração anual de rendimentos.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SECRIANÇA (046), atual Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude			
226053-0	Daniela Garcia Palacios	Solicitou exclusão do benefício em fevereiro/2015, tendo alterado o endereço em recadastramento (fl. 1001). Comprovação do recebido (fls. 1023 e 1024).	Não recebe desde janeiro/2015.
220444-4	Elessandro Rodrigues Ferreira	Cancelado por falta de regular comprovação em janeiro/2015 (fls. 1000v e 1001).	Confirmado cancelamento no SIGRH.
226042-5	Mariselma Barbosa Fernandes	Solicitou exclusão do benefício em julho/ 2015 (fls. 1001 e 1001v). Comprovação do recebido (fls. 1004/1022).	Confirmada exclusão no SIGRH.
227485-X	Yannie Fonseca do Prado Ferreira	Cessação do pagamento por término do contrato temporário (fl. 1001v)	Confirmada cessação no SIGRH.
SEGETH (004)			
266882-3	Tatiane Gomes da Silva	Servidora comissionada de 3/11/2014 a 31/12/2014 (fl. 1194v). Comprovação (fls. 1198/1203).	Servidora desligada do órgão em 1º/1/2015 (fl. 1481). Tem contrato temporário na SE (fl. 1481), onde recebe o Auxílio-Transporte (fl. 1482). O endereço residencial cadastrado na SE é o mesmo indicado na SEGETH (fls.1203 e 1482).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
Administração Regional do Núcleo Bandeirante (079)			
38728-2	Anamisia Batista dos Santos	Comprovação regular (fls. 1230/1238).	Recebendo no SIGRH.
91471-1	Manoel Alves dos Santos	Solicitou alteração de endereço e cancelamento do benefício (fls. 1250/1252).	Deixou de receber em setembro/2015. Endereço atualizado.
23207-6	Silvio Fred Coelho	Solicitou alteração de endereço e cancelamento do benefício (fls. 1253/1255).	Deixou de receber em setembro/2015. Endereço atualizado.
1668833-3	William Marcos dos Santos	Comprovação regular (fls. 1239/1246). Servidor interpôs recurso contra a apresentação de cópias de bilhetes de passagem (fls. 1247/1249).	Não constava da Tabela I (fls. 103/108), pois foi admitido em 2/2/2015. Foi exonerado em 20/6/2016 e não consta outro vínculo no SIGRH. (fl. 1483).
SINESP (013)			
261315-8	Renato de Jesus Afonso	Comprovação (fls. 1266/1268)	O servidor foi desligado da mat. n° 261315-8 em 31/12/2014 e readmitido em 16/1/2015 sob a mat. n° 267413-0 (fl. 1484). O endereço atestado (fl. 1266) diverge do que consta no SIGRH e no cadastro da Receita Federal (fl. 1485).
EMATER (122)			
279-8	Jurandi Pinto de Sousa	Comprovação de residência (fl. 1285). Suspensão pagamento em outubro/2015. Não apresentou novos comprovantes de residência e das linhas utilizadas e respectivos valores (fl. 1289).	Deixou de receber em outubro/2015.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SEGAD (045) e TCB (144 e 147) incorporados a SEPLAG (006)			
80102-X	Enildo de Farias Silva	Não mencionado (fl. 1292).	Deixou de receber em outubro/2015.
265931-X	Ione Magalhaes Antonini	Desligada em 1º/1/2015 (fls. 1292, 1295, 1296 e 1327/1329).	Não recebe mais. É aposentada da SE (fl. 1486).
80161-5	Irma Alves Rabelo	Cancelado em maio/2015 por impossibilidade de comprovação por meio de apresentação 2ª via de bilhetes de passagem (fls. 1292, 1295, 1297, 1298 e 1323/1325)	Confirmado cancelamento no SIGRH.
51403-9	Jose Gonçalves de Jesus	Comprovação regular em 2014 (fls. 1331/1334). Juntadas cópias de passagens (fls. 1335/1342). Desligado em 10/4/2015 mediante adesão ao PDV/TCB (fls. 1292, 1295 e 1299)	Confirmado desligamento e não consta outro vínculo no SIGRH (fl. 1487).
53070-0	Lazaro Cardoso de Oliveira	Comprovação (fls. 1300/1303). Juntadas cópias de passagens (fls. 1304/1312).	Endereço informado confere com o registrado no SIGRH, mas não com o do cadastro da Receita Federal (fl. 1488).
AGEFIS (034)			
261339-5	Katia Maria Guimaraes	Notícia que mensalmente era feita a conferência das cópias das passagens apresentadas pela servidora e que ela foi exonerada em dezembro/2014 (fl. 1371).	Confirmada exoneração em 31/12/2014 e não consta outro vínculo no SIGRH. (fl. 1489) .

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. N°	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SC (014)			
Processo apenso nº 150.001054/2015			
39878-0	Edjalma Mariano de Oliveira	Comprovação (fls. 71 e 107)* de acordo com registrado no órgão (fls. 13, 65/70 e 72)*. Benefício suprimido devido a não apresentação de 2ª via de passagem (fl. 119)*.	Confirmado cancelamento no SIGRH a partir de outubro/2015.
224182-X	Helio da Costa Muniz	Comprovação (fl. 77)* de acordo com registrado no órgão (fls. 14 e 73/76)*. Benefício suprimido devido a não apresentação de 2ª via de passagem (fl. 119)*.	Exonerado em 1º/1/2015 pelo Decreto nº 36.237/2015. Deixou de receber em outubro/2015. Nomeado em 13/1/2015 na mat. nº 232133-5 (fls. 1490 e 1491), onde recebe Auxílio-Transporte (fl. 1491).
1650300-8	Jenison Carvalho Xavier	Comprovação (fls. 99/106)* de acordo com registrado no órgão (fls. 15 e 78/82)*. Benefício suprimido devido a não apresentação de 2ª via de passagem (fl. 119)*.	Confirmado cancelamento no SIGRH a partir de janeiro/2015.
1650387-6	Jose Mendes Fernandes	Comprovação (fls. 108 e 109)* de acordo com registrado no órgão (fls. 16 e 83/87)*.	Deixou de receber a partir de janeiro/2016 por ter se aposentado em 5/1/2016 (fl. 1492).
39098-4	Neumara Santos do Nascimento	Comprovação (fls. 91/93)* de acordo com registrado no órgão (fls. 17 e 88/90)*. Benefício suprimido devido a não apresentação de 2ª via de passagem (fl. 119)*.	Confirmado cancelamento no SIGRH a partir de agosto/2015.

* Números de folhas indicados se referem ao Processo Apenso nº 150.001054/2015.

Arquivo: C:\temp\E3A1960B.docx

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

MAT. Nº.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SEAGRI (008)			
Processo apenso nº 070.001421/2015			
Tabela I (fls. 103/108) referência dezembro de 2014			
189045-X	Gilson Alves dos Santos	Feito recadastramento, alterada linha utilizada com redução de valor do benefício (fls. 60, 61, 73, 78 e 112)**	Redução do valor no SIGRH a partir de outubro/2015.
100885-4	Maria da Glória O Passos	Feito recadastramento, alterada linha utilizada com redução de valor do benefício (fls. 66, 67, 74, 81, 114 e 115)**	Redução do valor no SIGRH a partir de setembro/2015.
100512-X	Valter Beserra da Silva	Juntou declaração de endereço, mas não apresentou bilhetes das passagens e teve o benefício suspenso (fls. 68, 69, 75, 82 e 115)**	Suspensão a contar de outubro/2015.
186403-3	Walber Ferreira de Oliveira	Feito recadastramento e alterada linha utilizada com redução de valor do benefício que passou a ser menor que o valor de custeio (fls. 70, 71, 76, 83, 115 e 116)**	Deixou de receber a parcela desde outubro/2015.

** Números de folhas indicados se referem ao Processo Apenso nº 070.001421/2015.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

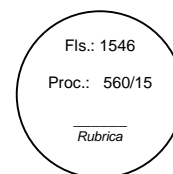
MAT. Nº.	NOME	RESPOSTA DO ÓRGÃO/ENTIDADE	SITUAÇÃO
SEAGRI (008)			
Processo apenso nº 070.001421/2015			
Apuração feita pela entidade em outubro de 2015 (fls. 110/116)**			
1661383-X	Fabricia Vieira dos Santos Galeno	Feito recadastramento, alterada linha utilizada com redução de valor do benefício (fls. 58, 59, 72, 77, 111 e 112)**	Redução do valor no SIGRH em outubro/2015. Deixou de receber a partir de novembro/2015.
101190-1	Joao de Oliveira Costa	Não se recadastrou e teve o benefício suspenso em outubro/2015 (fls. 62, 63, 79 e 113)**	Confirmada suspensão no SIGRH.
100587-1	Jose Cesario Couto	Não se recadastrou e teve o benefício suspenso em outubro/2015 (fls. 64, 65, 80, 113 e 114)**	Confirmada suspensão no SIGRH.

** Números de folhas indicados se referem ao Processo Apenso nº 070.001421/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- c) a SEF, a NOVACAP e o METRÔ apliquem o teto remuneratório constitucional à soma da remuneração/subsídio com horas-extras, em consonância com a LC nº 840/2011 e com a jurisprudência dos tribunais pátrios, atentando para o fato de que o assunto também está sendo discutido nos Processos nº 11.784/2014, para a PGDF e DPDF; e nº 11.059/14, para a SES;

11. A NOVACAP e o Metrô não se manifestaram sobre esse quesito. No entanto, cabem algumas considerações. Na primeira empresa, os empregados envolvidos não mais recebem horas-extras. Dionísio Ruben de Macedo, mat. nº 50581-1, e Manoel de Alencar Araripe, mat. nº 56890-2, deixaram de receber essa parcela, respectivamente, em novembro/2014 e janeiro/2015. Em relação ao Metrô, a providência restou prejudicada, haja vista que os altos valores recebidos decorreram de usufruto de férias (fl. 1493). Os valores das horas-extras são bem inferiores (fl. 1494) e acrescidos aos salários normais não atingem o do teto remuneratório, à época R\$ 26.589,68. Atualmente, eles recebem adicional de horas extraordinárias apenas eventualmente e suas remunerações, mesmo com esse acréscimo, não atingem o limite constitucional.

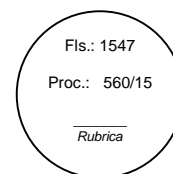
12. A SEF esclarece que as horas-extras em comento foram incorporadas por meio de decisão judicial. Além do servidor indicado no rol de fls. 59/62, Roberto Magno de Matos, mat. nº 69-8, outros três recebem essa parcela (fls. 683 e 698), mas seus vencimentos distam do teto remuneratório. Os valores das horas-extras são de pouca monta e, no caso indicado, não é a origem da divergência no valor do abate-teto. As parcelas de Abono de Permanência (R\$ 2.924,86) e do Auxílio-Alimentação (R\$ 394,50) correspondem à diferença encontrada na auditoria (fls. 60 e 1495). Assim, não há irregularidade referente ao adicional por trabalho extraordinário.

- d) o BRB, o DETRAN, a CAESB, a TERRACAP, a SEDF e a Casa Civil do DF, em conjunto com os órgãos/entidades nos quais seus servidores/empregados possuem outros vínculos, verifiquem se está havendo percepção de auxílio-alimentação em duplicidade por servidores e empregados listados no Quadro IV do Relatório de Auditoria. Caso a percepção em duplicidade se confirme, devem convocar os servidores para que façam a opção pelo benefício mais vantajoso, sem embargo de se adotar as devidas providências quanto à devolução ao erário dos valores percebidos indevidamente a esse título, conforme preceituam os arts. 112, parágrafo único, e 119 da Lei Complementar nº 840/11, sem prejuízo de garantir o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



direito ao contraditório e a ampla defesa;

13. O BRB relata que, dos casos apontados no Quadro IV (fl. 151), os de Antônio Eustáquio Ribeiro, mat. nº 366-6, de Priscilla Vieira Coutinho Sabino, mat. nº 8155-3, e de Graziane Silva Souza, mat. nº 8188-6, foram tratados no Processo nº 19718/2014, versando sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, o que já consta do referido quadro. O escriturário José Roberto Azevedo da Silva, mat. nº 3666-5, optou pelo benefício do BRB e foi cientificado a respeito do ressarcimento pertinente ao período em que recebeu em duplicidade o auxílio em contrato com a SEDF (fls. 1027 e 1028). Atualmente, ele titulariza outro contrato temporário na secretaria sob mat. nº 6031405-2, mas não recebe auxílio-alimentação (fl.1496).

14. O DETRAN esclarece que William Guimarães de Oliveira, mat. nº 250988-1, foi admitido em 24/6/2014 (fls. 895/898). Solicitou seu desligamento da CAESB na mesma data (fls. 899/902). Ele registrou presença na folha de ponto desse dia em ambos os vínculos (fls. 894 e 903), o que teria originado a duplicidade apurada (fl. 818). Assim, comunicou o fato a empresa para saneamento (fl. 893). Não se pronunciou a respeito de Gilmar Pereira de Arruda, mat. nº 1223-8, servidor cedido ao TCDF. Não obstante, verificou-se no SIGRH que ele não recebe o auxílio-alimentação desde fevereiro/2015 naquela autarquia, sendo certo que seu caso vem sendo acompanhado no Processo nº 19700/2014.

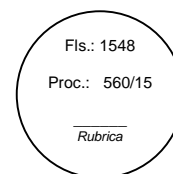
15. A CAESB (fl. 649), à semelhança do BRB, noticia que a maioria dos casos listados no Quadro IV (fl. 63) por constarem do Relatório de Auditoria nº 10/2014, integrante do Processo nº 19718/2014 tiveram os documentos/esclarecimentos, concernentes às medidas adotadas, encaminhados à Corte por intermédio das Cartas nºs 9351 e 29807/2015-PR. Consulta ao e-TCDF confirma essa notícia, sendo que a análise pertinente foi feita naqueles autos, os quais tramitam na Casa.

16. No presente feito, foram apurados mais quatro outros empregados na mesma situação. A de William Guimarães de Oliveira, mat. nº 51.697-0 (fls. 663v/669), já foi examinada (§ 14 desta) pois envolve a autarquia de trânsito. Quanto ao demais, de acordo com o Ofício nº 433/2015 – GECONB/COPAPE/SUGEPE (fl. 651), eles teriam se desligado da SEDF. Consoante Carta nº 32675/2015-SGP (fl. 658), Amanda R. de Camargo do Nascimento, permaneceu trabalhando na CAESB, Hugo Alberto Gonçalves Delmondes e Rogerio Jovem de Araújo, também se desligaram da empresa. A primeira, no Memo nº 32480/2015 (fls. 657v e 658), foi comunicada sobre a possibilidade de optar por qual jurisdição seria feita a devolução do indevidamente recebido. Os outros dois deveriam ser convocados para fazer a referida opção (fl. 658). Ficou acertado que a Secretaria de Educação adotaria as providências sobre o ressarcimento (fl. 670).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



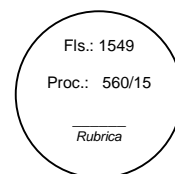
17. Em relação ao informado, constatou-se que os servidores da SEDF Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogerio Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3, continuam prestando serviços à secretaria, inclusive percebendo o auxílio-alimentação (fls. 1497/1500). Trata-se de um equívoco injustificado. Nos próprios documentos enviados pela SEDF se verificam inconsistências que demonstram isso. À fl. 651 consta que eles foram desligados, respectivamente, em 08/12/2014 e 23/06/2015 e, contraditoriamente, que eles receberam o auxílio-alimentação até agosto/2015. Nas respectivas fichas financeiras (fls. 653, 654, 655v e 656) há registro que houve afastamentos deles nas datas supracitadas, não desligamento. Mais contraditório ainda é que foram juntados contracheques dos servidores de agosto de 2015 (fls. 655 e 657) demonstrando que eles permaneciam vinculados à SEDF, ao contrário do informado no ofício e na carta (fls. 651 e 658).

18. A TERRACAP informa que Deusdeth Cadena Finotti, mat. nº 2574-7, foi nomeado em 23/8/2013, no cargo de Diretor (fls. 547/549), e afastado em 4/9/2014 (fl. 557). Em 10/9/2014 foi nomeado Chefe da Assessoria da Governadoria do DF (fl. 558). Dessa forma, visto que os períodos não foram concomitantes não ocorreu a percepção em duplicidade da vantagem na empresa e na Casa Civil.

19. Explica o mal-entendido o fato de, para esta apuração, ter sido utilizada a base de dados da TERRACAP de junho/2014, pois a empresa não integra o SIGRH, enquanto a da Casa Civil foi de dezembro/2014, pois o órgão faz parte desse sistema (fl. 150, § 73).

20. Restaram ainda sem elucidação os casos envolvendo a CEB e a SEDF, quais sejam, os de Celso Nogueira da Mota, Dayse Souza de Jesus, Francisco José Zagari Forte, Lia Sohsten Chagas e Rafaela Vilarinho Mesquita. Eles também foram analisados no Processo nº 19718/2014. Neste, consoante consulta ao e-TCDF, não houve manifestação da empresa, sendo lá sugerida a reiteração dos itens pertinentes. O mencionado feito ainda tramita na Casa. Foi verificada a situação atual deles na secretaria e constatou-se que Rafaela Vilarinho Mesquita deixou de receber o auxílio-alimentação em abril/2015 (fl. 1501).

- e) a Secretaria de Estado de Saúde, quanto ao benefício “Auxílio-Creche” percebido em duplicidade pelos servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria, cesse o pagamento de um dos beneficiários, faça o levantamento dos valores pagos em duplicidade a esse título, desde o início de sua concessão, adotando, ainda, providências para o ressarcimento dos valores percebidos indevidamente, observada a prescrição quinquenal e o contraditório e a ampla defesa, tendo em conta que o inc. II do art. 7º do Decreto nº 16.409/95 veda o pagamento simultâneo ao servidor e ao cônjuge;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

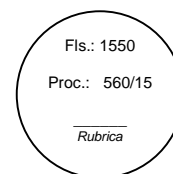
21. Conforme já noticiado a Secretaria de Saúde não se manifestou sobre os temas da auditoria. Em relação a este item, foram verificadas as situações atuais dos servidores arrolados no Quadro V (fl. 155), conforme segue:

Quadro 1			
Órgão	Mat. nº	Nome	Situação atual
Dependente: Ana Vitória Lopes de Souza		Nascimento: 11/6/2008	
552	198657-0	Mardilene Barbosa de Souza	Deixou de receber em julho/2015
552	199618-5	Elma Grasielle Rodrigues Santos	Permanece recebendo
Obs.: Além da duplicidade, que não mais subsiste, o benefício deveria ter cessado quando a menor completou a idade limite para percepção do benefício (Decreto nº 16409/1995, art. 1º) e Portaria nº 63, de 11/3/2016, art. 4º, inciso III).			
Dependente: Giovanna Peixoto de Britto		Nascimento: 28/11/2011	
552	145760-8	Helicinia Giordan Espindola Peixoto	Permanece recebendo
552	151544-6	Ademario Regis de Britto Neto	Permanece recebendo
Obs.: Continua o recebimento em duplicidade.			
Dependente: Isabel Ferreira de Castro Moreira		Nascimento: 28/8/2012	
652	219749-9	Emídio de Castro Moreira	Permanece recebendo
552	1666949-5	Alessandra Arruda Ferreira	Deixou de receber em outubro/2015
Obs.: Cessado o pagamento em duplicidade.			
Dependente: Lucas de Sousa Melo		Nascimento: 5/2/2008	
552	189358-0	Jose Carlos de Melo	Deixou de receber em junho/2016
552	1661052-0	Alessandra Vieira de Sousa	Deixou de receber em março/2015
Obs.: Além da duplicidade, o pagamento do benefício deveria ter cessado quando o menor completou a idade limite para percepção do benefício (Decreto nº 16409/1995, art. 1º) e Portaria nº 63, de 11/3/2016, art. 4º, inciso III).			
Dependente: Miguel Rodrigues dos Santos		Nascimento: 19/3/2012	
652	30928-1	Rosana Maria dos Santos	Permanece recebendo
552	180017-5	Eliezer das Graças Santos	Deixou de receber em dezembro/2015
Obs.: Cessado o pagamento em duplicidade.			
Dependente: Rafael Moraes Siqueira Filho		Nascimento: 12/7/2013	
552	180156-2	Daniella Menezes da Silva Moraes Siqueira	Permanece recebendo em dobro
046	195975-1	Rafael Moraes Siqueira	Deixou de receber em julho/2015
Obs.: Cessado o pagamento em duplicidade. Foi incluído novo dependente, Daniel Menezes da Silva Moraes, nascido em 23/11/2015 (fl. 1502).			



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- f) a PCDF, a SE, a SEF, a SERIS, a SES e o SLU justifiquem a possível averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade nos períodos indicados pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria, o que também deverá ocorrer no caso do servidor Mauro Márcio Santana Costa, que possui 2 vínculos com a SEDF (matrículas nºs 00488224 e 02114984) e cuja situação foi relatada nos parágrafos 89 e 90;

22. O atendimento deste item restou prejudicado pela ausência de pronunciamento da SEDF e da SES, visto que elas estão envolvidas em todas as ocorrências apontadas. As outras jurisdicionadas enviaram considerações as quais passa-se a expor.

23. A SERIS, atualmente integrada à Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, noticia que as averbações de Alice Bessa Fernandes, mat. nº 8469-7, estavam incorretas e foram retificadas passando a *“totalizar 442 dias na área privada (INSS) contados para aposentadoria e 224 dias na área pública contados também para Adicional por Tempo de Serviço”* (fl. 1367). A informação não dirime a dúvida suscitada concernente ao aproveitamento de um mesmo período de tempo em dois vínculos, na SEDF e na SERIS (fl. 1503).

24. O SLU esclarece que Joaquim Gomes Pinheiro, mat. nº 81985-9 era seu servidor e foi cedido à Secretaria de Educação de 6/8/2003 a 24/2/2008 (fls. 993/994). Aposentou-se por ato publicado no DODF de 2/3/2012 (fl. 964), utilizando os tempos averbados questionados (fls. 964 e 986/995). A concessão foi cadastrada no SIRAC (Ato nº 1729-5), autuada sob nº 31076/2014 e considerada legal na Decisão nº 719/2015. Portanto, não havia vínculo específico com a SEDF e nem houve averbação dúplice de tempo (fl. 1504).

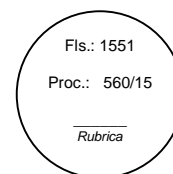
25. A PCDF prestou esclarecimentos (fl. 617), confirmando o cômputo do tempo indicado, mas ressalta que, com a Lei Federal nº 11361/2006, a forma de pagamento dos integrantes das Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do DF passou a ser o subsídio, deixando de receber anuênios. Além disso, acrescenta que a servidora Eneida Maria Fontes, mat. nº 26817-8, aposentou-se em 27/9/2010 e que *“não são realizadas retificações nos registros funcionais dos servidores após o envio dos dados esse Colendo Tribunal no processo de aposentadoria”*. Entende ser necessária determinação do órgão de controle para adoção de providências.

26. A concessão junto à PCDF foi considerada legal na Decisão nº 2767/2015, Processo nº 13243/2013, e a da SES também já havia sido anteriormente considerada legal na Decisão nº 5253/2007, Processo nº 17872/2005. Impende ressaltar que em análise da aposentadoria na corporação policial foi registrada pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



corpo técnico do Tribunal, a existência de certidão emitida pela SES atestando que o período de 12/9/1977 a 22/12/1977 foi averbado na PCDF e não na secretaria (fls. 1505/1506). Divergindo dessa certidão, no SIGRH consta o referido período como averbado na SES (fl. 1507). Para esclarecer se houve ou não aproveitamento em duplicidade do tempo deve-se aguardar o pronunciamento da SES sobre esse tema, ainda pendente nestes autos.

27. A SEF solicitou informações à SEDF sobre a possível contagem de tempo em duplicidade para fins de ATS (fl. 727) e convocou o interessado, Roberto Alves Meireles, mat. nº 110253-2, para prestar esclarecimentos (fl. 728). Além do período questionado na auditoria (18/4/1994 a 27/4/1997), foi também indagado sobre a averbação do interregno de 28/4/1997 a 5/7/2002, muito embora a admissão dele na Secretaria de Educação tenha ocorrido em 28/4/1997. Não se menciona eventual resposta dessa outra secretaria, mas o servidor solicitou a juntada dos requerimentos por ele feitos junto à SEDF para desaverbar não só os períodos retrocitados, mas outros que teriam sido igualmente contados nos dois órgãos (fls. 729/731). Pesquisa no SIGRH mostrou não haver mais registro de averbações de tempo no vínculo com a SEDF, bem como que o servidor está naquele órgão no usufruto de licença para tratar de interesses particulares (fls. 1508/1509).

28. Quanto a Mauro Márcio Santana Costa, que detém dois vínculos com a SEDF (mats. nºs 48822-4 e 211498-4), embora não apresentadas explicações, o percentual de anuênios no segundo vínculo foi retificado a contar de novembro/2015 passando a espelhar apenas o tempo de serviço na secretaria e não consta mais tempo averbado (fl. 1510).

g) a Agefis, o DER, a DPDF, a FHB, a SEDF, a SEGAD, a SEGTH, a SEMA, a SERIS e a SESDF justifiquem os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, tendo em conta as possíveis divergências nele apontadas;

29. De modo análogo ao item anterior, o DER, a DPDF, a FHB, a SEDF, a SEMA e a SESDF, responsáveis pela maior parte das ocorrências, não apresentaram respostas aos questionamentos feitos.

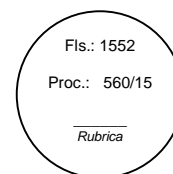
30. Na SEMA, no DER e na SESDF persistem as irregularidades relatadas.

31. Quanto aos demais, em que pese a ausência de manifestação, foram regularizadas as impropriedades relacionadas a Paulo Cesar Chagas, mat. 27361-9 (fl. 1511), e a Edinaldo das Neves Miranda, mat. nº 91251-4 (fl. 1512), da DPDF, a Soraya das Dores Vaz Formiga, mat. nº 100666-5 (fl. 1513), e a Adauto José de Abreu, mat. nº 1655673-9 (fl. 1514), da FHB, bem como as de Vanderley Carlos Braz, mat.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



nº 52967-2 (fl. 1515), e de Marly Beltrame Faria, mat. nº 46650-6 (fl. 1516), da SEDF. Ainda nesta secretaria, Eva de Barros Nogueira Carvalho, mat. nº 300763-4, embora não sanada a irregularidade respectiva, veio a óbito em 29/5/2016, não tendo pensionistas cadastrados (fl. 1517).

32. A AGEFIS e a SERIS responderam pelo servidor Alysson Saúde Ottoni, mat. nº 25277-8, da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas (fls. 1367, 1371 e 1372). Os integrantes deste quadro eram lotados na antiga Secretaria de Governo, atualmente, Secretaria da Casa Civil e Relações Institucionais e Sociais, e ficavam à disposição da AGEFIS, conforme previsão da Lei nº 4.150/2008. Somente com a Lei nº 5.223/2013 foram lotados na mencionada autarquia, sendo que a transferência do cadastro e da folha de pagamento dos inativos só foi efetivada em 1º/2/2014. O atual setor de gestão de pessoas não havia identificado os motivos do aumento do ATS, mas tão logo isso fosse feito seria comunicado ao TCDF. A parcela em comento foi regularizada em dezembro de 2015 (fl. 1518).

33. A SEGAD foi incorporada à SEPLAG por força do Decreto nº 36.825/2015, passando essa última a ser responsável pelas providências cabíveis. A majoração dos anuênios decorreu do cumprimento da Diligência nº 179/2014 da CGDF (fl. 1354), segundo a qual o tempo de serviço prestado por Enilson Domingos Vieira, mat. nº 80.008-2, à Fundação Universidade de Brasília, de 6/9/1972 a 10/4/1975, poderia ser computado para ATS, caso apresentada certidão própria emitida por aquela entidade. O mencionado documento foi juntado (fl. 1355) e retificada a apuração do tempo para o adicional (fl. 1356).

34. A SEGETH confirmou estar incorreto o Adicional de Tempo de Serviço de Antonio Geraldo Pinto Diniz, mat. nº 98916-9, procedeu a retificação a contar de setembro/2015 e o ressarcimento do indevidamente recebido entre outubro a dezembro do mesmo ano (fls. 1195 e 1519).

h) o DER/DF, o DETRAN, a SEDF, a SEF, a SEMOB e a SESDF esclareçam o pagamento da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, que teriam ingressado nos quadros do Distrito Federal após fevereiro/1998;

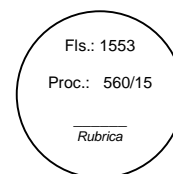
35. Também nesse tema não constam manifestações do DER, da SEDF e da SESDF.

36. O DETRAN, a SEF e a SEMOB informam que a VPNI é decorrente de incorporação de vantagem pelo exercício de cargos em comissão ocorrida em vínculos anteriores com outros órgãos do GDF pelos servidores beneficiados e em períodos anteriores à extinção dessa espécie de vantagem pela Lei nº 1.864/1998.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



37. A de Luciano Rafael de Barros Cavalcanti, mat. nº 69181-X, pelo exercício de cargo em comissão na extinta Fundação Educacional do DF (fl. 904). A de Manoel Nunes de Melo, mat. nº 1499-0, pelo desempenho de cargos em comissão na extinta Fundação do Serviço Social do DF (fls. 907/939). A de Marizete Dias Rodrigues, mat. nº 91219-0, por ter exercido cargo em comissão de Assistente do Serviço de Internação Estrita do CAJE, enquanto servidora da extinta Fundação do Serviço Social do DF (fls. 684 e 720/723). A de Kely Lopes da Cruz Almeida, mat. nº 115021-9, por ter desempenhado cargos de chefia segundo o que consta dos Processos GDF nºs 050.001301/1994 e 010.001223/2005 (fl. 954), dos quais não foram juntadas cópias dos comprovantes pertinentes pela SEMOB.

- i) a Agefis, a Casa Civil, o DETRAN, a SC, a SE, a SEAGRI, a SEDHS, a SEF, a SES, a SINESP e o SLU esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011;

38. Nesse quesito não houve resposta, além da SE e da SES, da Casa Civil, da SC, da SEDHS e da SINESP.

39. A AGEFIS, com base nas mesmas justificativas elencadas no § 32 desta instrução, deixou de prestar esclarecimentos sobre os reajustes, mas informou estar em andamento a verificação (fls. 1372/1373).

40. Assim, constam apenas manifestações apresentadas pelo DETRAN (fls. 819 e 940/951), pela SEAGRI (fls. 84/109 - Apenso nº 070.001421/2015), pela SEF (fls. 734/799) e pelo SLU (fls. 964, 965, 997 e 998).

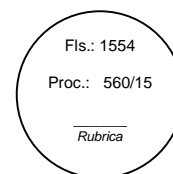
41. Preliminarmente, cumpre registrar que ocorreu retificação no valor da vantagem em abril/2016, para aqueles que incorporaram parcelas regidas pela Lei nº 4.584/2011, deixando de ser aplicados os reajustes previstos nessa norma, conforme se verificou em consulta ao SIGRH.

42. O diploma legal em questão foi objeto da ADI nº 2012002023636-5, no egrégio TJDF, onde se discutia a constitucionalidade do Parágrafo único do art. 5º da Lei nº 4.584/2011, o qual versava sobre a forma de reajuste dessa parcela. O desfecho foi pela inconstitucionalidade do referido dispositivo com efeitos *ex tunc*. À luz desse entendimento, a douta Procuradoria-Geral do DF no seu Parecer nº 861/2015 – PRCON/PGDF manifestou-se no sentido de que deveriam ser desfeitas as eventuais revisões feitas com base naquele comando legal e oportunizado o exercício do contraditório e da ampla defesa no caso de se determinar o ressarcimento do recebido



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



a maior. Fundamentada nessa peça jurídica, a SEPLAG orientou as unidades de gestão de pessoas a revisar os cálculos da VPNI para retornar seus valores aos de junho de 2011 a partir de abril do corrente ano, dispensando-se a repetição do indébito pelo princípio da boa-fé, nos termos da Circular nº 6/2016 – SUGEP/SEPLAG (fls. 1521/1524). Então, provavelmente a retificação de valor constatada foi decorrência da orientação emanada dessa circular¹.

43. Feitas essas considerações, passa-se a análise das informações prestadas.

44. Na incorporação de quintos/décimos por Daniel Marques de Souza, mat. nº 99.880-X (fls. 117/118 – Apenso nº 070.001421/2015) e Marlênio José Ferreira Oliveira, mat. nº 99.999-7 (fls. 118/119 – Apenso nº 070.001421/2015), a SEAGRI apurou os valores em junho/2011, mas considera que poderia ser aplicada a orientação da Circular nº 04/2011 – GAB/SEAP, de 29/9/2011 (fls. 107/109 – Apenso nº 070.001421/2015), que manda aplicar os reajustes nos valores dos cargos comissionados da Lei nº 4.584/2011. Entendendo ser matéria controversa, não aplicou a aludida correção no aguardo de pronunciamento do Tribunal.

45. Dos servidores da SEF, elencados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, a significativa variação nos valores incorporados por Vital de Moraes Andrade, mat. nº 4495-4 (fl. 735), Hezir Espíndola Gomes Moreira, mat. nº 31744-6 (fl. 736), Antonio Neto de Godoi, mat. 1855-4 (fl. 737), Adolfo Lopes Jamel Edin, mat. nº 7800-X (fl. 738), João Batista Lopes Correia, mat. nº 2091-5 (fls. 739/740) e João Alcides Homar, mat. nº 1901-1 (fls. 741/742) foi em decorrência do advento do Decreto Legislativo nº 1.854/2010, uma vez que eles incorporaram quintos/décimos pelo exercício de cargos de Secretário de Estado e de Administrador Regional.

46. Já no caso de Onésimo Nogueira Filho, mat. nº 18.990-1, o acréscimo se deu por força do Mandado de Segurança nº 2011.00.2.011821-4 (fls. 752/754). Na Decisão nº 135/2007 (fls. 744/745), fora determinado que o cálculo de sua vantagem se desse com base no DF-14. Na Casa seus recursos foram improvidos nas Decisões nº 6445/2010 (fl. 750) e nº 336/2011 (fl. 751), mas ele logrou êxito na via judicial, voltando a incorporação a ser com base no CNE-05 (fls. 734 e 1525). O aludido feito judicial transitou em julgado em 10/4/2015 (fl. 1526).

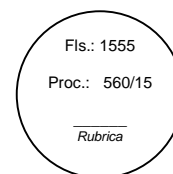
47. Registre-se ainda que a SEF não justificou a variação ocorrida na parcela recebida por Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3. Em consulta ao SIGRH, apurou-se que o valor dela foi reduzido de R\$ 19.017,89 para R\$ 1.917,89 em setembro/2015 e para R\$ 1.477,57 em abril/2016 (fl. 1520). Este último valor é o que vigorava em junho/2011, então essa segunda retificação deve ser por força das orientações emanadas da Circular nº 6/2016 – SUGEP/SEPLAG (fls. 1512/1515), mas

¹ o Processo nº 1638/2016 trata de representação da SEFIPE sobre o tema.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



resta sem justificativas a primeira retificação ou o eventual ressarcimento ao erário em caso de erro material verificado.

48. Os servidores do DETRAN Luis Riogi Miura, mat. nº 65141-9, e José Lima Simões, mat. nº 676-9, à semelhança dos da SEF, incorporam quintos/décimos pelo exercício dos cargos de Diretor Geral do DETRAN e de Administrador Regional. O primeiro incorporou 7/10 do DFG-12 e 3/10 de CNE-05, o qual passou para 3/10 de CNP-03 (fl. 819). O segundo, 8/10 do DF-12 e 2/10 CNE-03 de Administrador Regional (fls. 819 e 940/951)

49. Na evolução dos cargos incorporados por Napoleão Filho de Freitas Queiroz, mat. nº 60.829-7, relatada pelo SLU, dois cargos por ele exercidos, o de Gerente da Gerência de Transporte e Equipamentos e o de Diretor da Divisão de Administração Geral (fl. 964) foram, em junho/2011, correlacionados, respectivamente, aos de Diretor da Diretoria de Manutenção e Diretor da Diretoria Administrativo Financeira e, em outubro/2011, a de Diretor de Gestão (fl. 965). Consoante a Lei nº 4.518/2010, as gerências são subordinadas às diretorias, tratando-se de níveis hierárquicos diversos. Estranha-se que ambos os cargos em comissão exercidos (gerente e diretor) correspondam a um de diretor. Mais, na estrutura administrativa prevista nesse diploma legal, existe uma Gerência de Transportes vinculada à Diretoria de Gestão. Assim, em teoria a correspondência deveria ser diferente entre cada um dos cargos comissionados, de acordo com o respectivo nível hierárquico.

50. Ademais, a correlação do cargo de Assessor estava sujeita a possível reexame, dependente da publicação do novo regimento interno da entidade, que definiria as atribuições do cargo de Assessor Especial para averiguar eventual correspondência entre esse e o exercido pelo servidor (fl. 998). O referido regimento interno foi aprovado pelo Decreto nº 35.972/2014, publicado no DODF de 5/11/2014, mas não é informado pelo ente se foi feita tal verificação.

- j) a SESDF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nos 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, além de apresentar documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear ambos os incentivos;

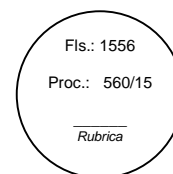
51. Não foram prestados os esclarecimentos requeridos.

- k) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; e Ministério dos Transportes), abra procedimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores Joan Goes Martins Filho, José Willemann e Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;

52. Não consta notícia da Casa Legislativa ou dos outros órgãos envolvidos a respeito dessa deliberação.

1) a Secretária Geral de Administração desta Corte:

I.1) em conjunto com a Secretaria de Estado de Mobilidade, abra procedimento específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, sem olvidar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

53. A SEMOB acusou o recebimento do Ofício nº 209/2015 – SEGEP, de 31/8/2015, com os valores recebidos no período de 31/3/2011 a 31/12/2014, em que o mencionado servidor esteve cedido àquela secretaria. Com base nesses dados efetuou a apuração de valores e autuou o Processo nº 090.006892/2015, que seria encaminhado a esta Corte para providências (fls. 954/955). O feito foi apensado ao Processo nº 9810/2011, de requisição/cessão do servidor, e se encontra em tramitação nesta Corte (fl. 1527).

I.2) em conjunto com a Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo, refaça os cálculos e informe se estavam corretos os valores glosados a título de abate teto da remuneração do servidor Daniel Brasileiro Ramalho;

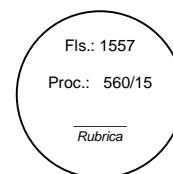
54. A matéria é tratada no Processo Apenso nº 20493/2011, de requisição/cessão do servidor. A apuração concluiu que, na realidade houve desconto a maior, a título de abate-teto, num total de R\$ 4.528,48, consoante Despacho nº 18/2016 da Gerência de Registro Financeiro da secretaria (fl. 73 - Apenso nº 20493/2011) e Informação nº 150/2016 - SEGEDAM (AP) (fl. 79 - Apenso nº 20493/2011), de que já teve ciência o servidor.

55. Em referência à questão da aplicação do teto remuneratório é oportuno registrar que o Tribunal, nos autos de nº 9196/2015, de auditoria de pessoal ativo da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Polícia Civil, realizada pela Controladoria-Geral do DF, houve por bem determinar àquela corporação que providenciasse a glosa do teto remuneratório, observada a soma das remunerações dos cargos exercidos, tendo em conta as Decisões Administrativas nºs 4/2015 e 17/2015 (item II, alínea “e” da Decisão nº 5943/2015).

56. Assim, o entendimento que respalda as referidas decisões administrativas mantém-se íntegro, e dada a similaridade com o tema desta auditoria, é oportuno averiguar o estado atual das determinações exaradas naqueles pronunciamentos.

- m) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar as situações dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, face ao disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interromper imediatamente o pagamento, além de proceder à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir da ciência da SESDF do teor da Decisão nº 2.975/2008, atentando para todos os efeitos subsequentes;
- n) o SLU acompanhe o trâmite da ADI nº 2014.00.2.004230-4, para, após o seu desfecho, adotar as providências que entender cabíveis;
- o) a SESDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II (fls. 109/116);
- p) a SEDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II (fls. 109/116);

57. Em relação a esses quatro itens, as jurisdicionadas envolvidas não encaminharam notícias sobre as determinações respectivas. Desconhece-se, portanto, a situação atualizada desses procedimentos. Cabe acrescentar, no entanto, que a ADI nº 2014.00.2.004230-4 teve seu deslinde em 2/6/2015 (fl. 1528), devendo o SLU dar ciência ao Tribunal das providências porventura adotadas.

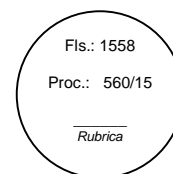
- q) a PMDF que justifique a licitude da acumulação de que trata o item 15 da Tabela II (fls. 109/116);

58. A corporação esclarece que o Subtenente Sebastião Rodrigues da Silva era do QPPME (Quadro de Praças Policiais Militares Especialistas), na especialidade Enfermagem (fls. 599/601), visto que detinha habilitação acadêmica nos cursos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem (fls. 604/605), cumulado com o cargo de Auxiliar de Enfermagem na SES. Assim, a acumulação detectada é amparada pelo § 2º do art. 17 do ADCT, segundo o qual *“É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta.”*

- r) o CBMDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II (fls. 109/116);

59. Não constam justificativas dessa corporação sobre as indigitadas acumulações.

- s) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, bem como informe os critérios adotados para a distribuição dos valores aos empregados da empresa;

60. A empresa não prestou os esclarecimentos solicitados e nem informou os critérios utilizados.

61. Nos itens seguintes (Proposições V a VIII do Relatório de Auditoria) foram feitas sugestões de procedimentos a serem adotados com vistas a aperfeiçoar a concessão e o controle das vantagens de que tratam. Não prescindem de respostas específicas, mas muitos dos órgãos e entidades envolvidos se manifestaram a respeito, consoante se discorre a seguir.

V. determinar, ainda, às jurisdicionadas que:

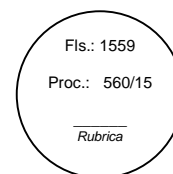
- a) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da indenização de transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011, ressaltando que no caso da PGDF e DPDF o tema já foi tratado no Processo nº 11.814/14;

62. Na TERRACAP desconhece-se a existência de despesas com meios próprios de locomoção para execução de trabalhos externos, pois o Núcleo de Transportes disponibiliza veículo da companhia para essa finalidade (fls. 539 e 541). Essa empresa pública é objeto de auditoria de regularidade na área de gestão de pessoas (Processo nº 11937/2016), onde um dos temas analisados é a folha de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



pagamento de seu pessoal.

63. No DFTRANS o controle é feito por meio do Mapa de Controle de Transporte (fl. 577) e Relatório de Atividades Externas (fl. 578) instituídas pela Gerência de Recursos Humanos na forma prescrita na Instrução nº 264, de 15/10/2014 (fls. 575/576).

64. Na SEF a Indenização de Transporte para a carreira de Auditoria Tributária é regido por normas específicas, a Lei nº 4.717/2011 e Portaria nº 111, de 25/7/2012. A realização de serviços externos é condicionada à prévia autorização do titular da unidade administrativa. O preenchimento do “mapa de indenização” é feito pelo servidor e seu chefe imediato, sendo seus pagamentos individualizados, atendida à proporcionalidade, após conferidas as ocorrências de deslocamento com o lançado no SIGRH. O pagamento integral àqueles que fazem serviços externos por mais de dez dias é autorizado pela supracitada portaria, embora a regularidade desse procedimento tenha sido questionada no Relatório de Auditoria (ver item III – fl. 201). A comprovação do direito feita pelo preenchimento de Relatório Quantitativo de Deslocamentos com Uso de veículo Próprio sob a responsabilidade do servidor e do seu chefe imediato (fls. 685/686 e 801/802).

65. Na SEMOB os Auditores Fiscais apresentam, mensalmente, o Relatório de Atividades Externas, de acordo com o modelo do Anexo Único do Decreto nº 31.861/2010 (fl. 955).

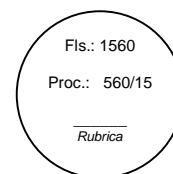
66. Na SEGETH a Auditora de Atividades Urbanas Cláudia Victor Rodrigues Gontijo, mat. nº 262.245-9, faz jus a Indenização de Transporte (fl. 1191v). Ela preenche relatório de atividades para justificar esse recebimento (fls. 1211/1212). Na comprovação é indicada a atividade desenvolvida de forma muito genérica (Vistoria para elaboração de estudos urbanísticos na Orla do Lago Paranoá) e a distância percorrida no dia. Embora não se exija um detalhamento minudente, informações adicionais, como por exemplo, qual parte da orla foi visitada no dia, seriam importantes para um controle efetivo, em consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/2011.

67. Na AGEFIS o pagamento da Indenização de Atividades Externas se dá com base na apresentação de relatório de atividades elaborado pelo beneficiado e atestado pela chefia imediata, a qual examina a conformidade do conteúdo com a programação fiscal previamente definida e com a folha de ponto do servidor. A entidade não exige a comprovação específica do uso de meio próprio para os deslocamentos por não haver previsão na norma legal e não vislumbrar como seria feita essa espécie de comprovação, considerando possível apenas verificar se não foi requerido o uso de veículo oficial, cuja saída é controlada pela Gerência de Transporte. O normativo que rege a matéria na AGEFIS (IN nº 72/2014) também foi objeto de questionamento no Relatório de Auditoria (item III – fl. 201).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- b) em relação ao Auxílio-Transporte, procedam ao levantamento geral dos servidores que percebem o citado benefício confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH:
- i. com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil, inclusive nos casos em que o servidor declarar ter cônjuge/companheiro, cujos endereços também deverão ser confrontados, procedendo aos ajustes necessários, inclusive o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, sem prejuízo de apurar os casos constantes nos Quadros II e III do Relatório de Auditoria;
 - ii. com as linhas de ônibus a que o servidor de fato faz jus, as quais encontram-se cadastradas no módulo BENVTL02 do SIGRH, a fim de evitar despesas indevidas, a exemplo do ocorrido com o servidor Warley Caetano de Souza, matrícula nº 02096501/652, que reside em Samambaia/DF e percebe auxílio para se locomover entre Brasília-Alphaville, Brasília-Formosa/GO e Circular de Formosa/GO.
- c) também em relação ao Auxílio-Transporte, ajustar o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, para isso; deverá efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como vem ocorrendo em alguns casos, com os de **Adonilia Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes**, matrículas SES nºs 14326736, 14353989 e 01432214, respectivamente, todas da Secretaria de Estado de Saúde do DF;

68. A SEMIDH (posteriormente incorporada pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos) noticia já ter realizado o levantamento geral, atendendo também ao Relatório nº 002/2015-UCI/SEMIDH, mediante confronto dos registros no SIGRH com a documentação comprobatória (fl. 372). O cotejo com os dados da Receita Federal não é possível à míngua de ferramenta de pesquisa própria daquele órgão (fl. 373).

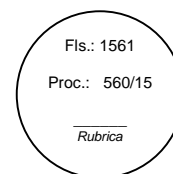
69. A TERRACAP se utiliza do GRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos para o controle do benefício. A concessão é feita mediante solicitação do interessado (fls. 539 e 559) e após conferência das linhas solicitadas com o cadastro (fls. 539, 560 e 566). A empresa declara que passará a confrontar os dados com as informações enviadas à Receita Federal, bem como que realiza anualmente atualização do cadastro dos empregados beneficiados, bem como que não tem regime de escala (fl. 540).

70. A SEF realizou o levantamento e não constatou qualquer irregularidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



(fls. 686 e 804/816). Em relação ao item i da alínea “b”, esclarece que nenhum órgão do Distrito Federal detém acesso ao banco de dados da Receita Federal e o servidor é obrigado apenas a apresentar a declaração de bens e não a declaração enviada à Receita Federal (fl. 686).

71. A SECRIANÇA noticia que foi feito recadastramento em 2013 com essas verificações (fls. 1002/1003) e que solicitou seus servidores constantes da tabela as cópias das declarações do Imposto de Renda, mas apenas Daniela Garcia e Mariselma Barbosa as apresentaram (fls. 1002).

72. A SEGETH informa que, por força do sigilo fiscal, não tem acesso aos dados de seus servidores na Receita Federal. Assim, passará a solicitar aos beneficiários cópias de suas declarações de imposto de renda para confrontar com as informações de domicílio constantes do SIGRH (fl. 1192).

73. A AGEFIS pretende oficializar a Receita Federal para obter as informações necessárias para realizar esse exame e eventuais correções, o que requererá prazo para ser feito, por não se tratar de atividade rotineira, uma vez que a LC nº 840/2011 apenas exige para concessão da vantagem declaração firmada, de próprio punho, pelo beneficiário de que realiza essas despesas de transporte (fl. 1374). A análise das linhas de ônibus utilizadas é feita na concessão da parcela (fl. 1374). Além desse procedimento são seguidas ainda as diretrizes da Circular nº 11/2013 – SUGEP/SEAP (fls. 592/597).

74. A SEAGRI fez o cotejo dos domicílios (fls. 58/71 – Apenso nº 070.001421/2015) e constatou divergências nos endereços de Fabricia Vieira dos Santos Galeno, mat. nº 1661383-X, Maria da Glória O. Passos, mat. nº 100885-4, Valter Beserra da Silva, mat. nº 100512-X, e de Walber Ferreira de Oliveira, mat. nº 186.403-3. Embora mencione a possibilidade de instaurar sindicância para esclarecer essas divergências não noticia se tal foi feito (fls. 120/121 – Apenso nº 070.001421/2015).

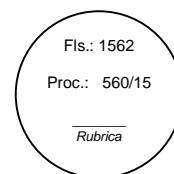
75. A Secretaria de Cultura fez análise da compatibilidade da escala de serviço de seus servidores com a quantidade de dias de efetivo uso de Auxílio-Transporte, procedeu a recadastramento geral dos beneficiados por esse auxílio, no exercício de 2014/2015, e suprimiu a parcela daqueles que não apresentaram 2ª via das passagens (fl. 119 – Apenso nº 150.001054/2015). Adicionalmente, informa que continuará a adotar procedimentos de controle sugeridos (fl. 119v - Apenso nº 150.001054/2015).

VI. quanto à indenização de transporte, alertar as jurisdicionadas que, quando da realização das mesmas tarefas em equipe, nos mesmos lugares e horários, sempre que houver possibilidade de deslocamento conjunto de servidores da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



equipe designada, apenas aqueles cujos veículos próprios forem utilizados fazem jus a essa parcela indenizatória;

76. A SEF declara que nessas hipóteses, sempre que possível, utiliza veículo da própria secretaria, evitando o pagamento da indenização (fl. 686).

77. A SEMOB, por meio do Memo nº 413/2015/COGEP/SUAG/SEMOB, comunicou esse alerta à Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Controle - SUFISA (fl. 955).

78. A SEGETH esclarece que apenas um de seus servidores recebe essa parcela (fl. 1196v).

79. A AGEFIS noticia adotar essa orientação em situações dessa espécie, mas procederá reiteração da necessidade de se observar essa diretriz por meio de circular emitida pela Diretora-Presidente (fl. 1374).

80. A SEAGRI informa não ter servidores que trabalhem em regime de escala e percebem Auxílio-Transporte.

VII. recomendar às jurisdicionadas que requeiram aos servidores e empregados que fazem jus ao auxílio-transporte a apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais do mês anterior de modo sistemático (até o 5º dia útil ou até o dia 10 do mês subsequente, por exemplo), para fins de comprovação da despesa. Após isso, deve-se ressarcir ao erário os valores percebidos nos dias em que não houver comprovação dessa despesa;

81. A então SEMIDH exigia a apresentação mensal dos bilhetes interestaduais dos cadastrados pela sua Diretoria de Gestão de Pessoas desde 2014. Para aqueles migrados de outro órgão com o respectivo cadastro, tal exigência seria feita a contar de setembro/2015 (fl. 373).

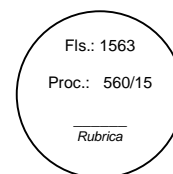
82. A SEF tem apenas um servidor nessa situação e este foi alertado sobre essa exigência (fls. 686/687).

83. Na SEMOB, a servidora que faz jus ao benefício foi cientificada dessa exigência ao tomar posse no cargo (fl. 956). A SECRIANÇA faz essa exigência àqueles que recebem Auxílio-Transporte interestadual e desconta os dias não comprovados desde janeiro/2015 (fl. 1002v).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



84. A AGEFIS já observava esse procedimento, desde agosto/2013, por força de orientação constante da Circular nº 11/2013 – SUGEP/SEAP (fls. 592/597), mas atualmente não há servidores seus nessas condições (fls. 1374/1375).

85. A SEAGRI destaca que, ao preencher o cadastro do Auxílio-Transporte, os interessados declaram ter ciência da Decisão nº 5087/2010 – TCDF (fl. 122 – Apenso nº 070.001421/2015), onde há determinação similar.

VIII. recomendar, ainda, a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do DF que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar cláusula de distribuição de lucros e resultados, vincule-a ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo a cada empregado valores de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia;

86. Essa orientação não demanda medidas imediatas, mas serve de orientação para futuros ajustes coletivos firmadas pelas entidades. A deliberação, entretanto, deixou de ser encaminhada ao Metrô, à CODEPLAN, à CODHAB e à CEASA, o que deve ser providenciado. Ademais, é prudente dar a conhecer a situação ao Governador do Distrito Federal e à Procuradoria Geral do DF para as providências que julgarem pertinentes.

...

XI. determinar ao Secretário de Saúde do Distrito Federal a revisão da Portaria nº 199/2014, para que não seja mais possível o exercício de jornadas excessivas na Secretaria de Saúde;

87. Como nas situações retrocitadas anteriormente, a SES igualmente não se manifestou sobre essa deliberação.

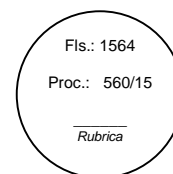
Decisão nº 3191/2015

III – autorizar o encaminhamento de cópia: 1) do Relatório de Auditoria/SEFIPE nº 02/2015 (fls. 117/208) ao Governador do Distrito Federal, para fins de conhecimento, alertando-o de que o mérito das questões apontadas pelo Corpo Técnico desta Casa somente será apreciado pelo Plenário após as manifestações dos órgãos e entidades envolvidos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



88. Essa autorização tem por fulcro as recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 2/2015, a saber:

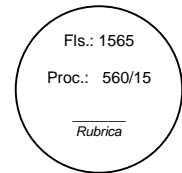
IX. recomendar, também, ao Governador do Distrito Federal:

- a) como responsável pela autorização da cessão de servidores no âmbito do Poder Executivo (art. 152, § 2º, I, da LC nº 840/2011):
 - a.1) a revisão das cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde, bem como que atente quando das autorizações para futuras cessões para o que dispõe a parte inicial do *caput* art. 152 da LC nº 840/2011;
 - a.2) o encaminhamento à CLDF de projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos, de modo a resguardar a saúde dos servidores e a assegurar uma prestação de serviços de qualidade;
 - a.3) a edição de norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011, de modo a evitar jornadas excessivas em todos os órgãos distritais, que degradam o atendimento nas unidades de saúde e podem causar danos à saúde dos profissionais;
- b) quanto às VPNI's:
 - b.1) a majoração dessas parcelas apenas quando forem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos indistintamente, como ocorreu, por exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003;
 - b.2) a não inclusão em normas que vierem a ser criadas de outros critérios de reajustes para VPNI's que não seja a majoração apenas de acordo com os reajustes de caráter geral, concedidos a todos os servidores do Distrito Federal;
 - b.3) que vierem a ser criadas em decorrência de decréscimo remuneratório, que haja previsão legal expressa para absorção por reajustes futuros, com a redução gradual até serem extintas (até que a VPNI seja extinta, a soma do vencimento básico com as demais parcelas pecuniárias permanentes, inerentes ao cargo ou à pessoa, e com a VPNI não pode ser superior ao que era pago antes da concessão da VPNI), conforme precedentes do STF e do STJ e considerando que essa parcela visa evitar uma redução momentânea da remuneração, nos termos do art. 37, inciso XV, da CRFB;
- c) quando da criação de gratificações e outras parcelas pecuniárias, atente para a relação entre o custo de implementação e de controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que fariam jus à vantagem;

X. cientificar o Sr. Governador do Distrito Federal do montante e do impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio-moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que em sua conveniência e oportunidade avalie os valores e prazos de implementação dos reajustes;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



89. A cópia da decisão foi devidamente encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador por meio do Ofício Circular nº 9/2015-GP (fl. 265). Não houve manifestação a respeito, cabendo ao TCDF deliberar sobre tais proposições.

Decisão nº 3191/2015

IV – cientificar:

...

2) o TCU acerca da acumulação de proventos dos servidores abaixo mencionados: a) João Maria de Lemos Kuze, portador do CPF nº 005.018.670-15, nos cargos de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas da Agência de Fiscalização do Distrito Federal e do cargo de Procurador Federal da AGU, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal ainda não foi analisada por aquela Corte de Contas; b) Juvenil José Romeiro, portador do CPF nº 115.525.571-20, nos cargos de Técnico de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal e do cargo de Motorista Oficial do Departamento de Polícia Federal, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal foi analisada por aquela Corte de Contas há menos de 5 anos (julgamento pelo TCU na sessão de 29/06/2010); c) Luiz Francisco da Silva, portador do CPF nº 055.147.541-20, nos cargos de Técnico Administrativo da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e de Arquivista do INCRA, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal ainda não foi analisada por aquela Corte de Contas; d) João Neris de Oliveira Neto, portador do CPF nº 084.631.071-68, nos cargos de Técnico de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e do cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal foi analisada por aquela Corte de Contas há menos de 5 anos (julgamento pelo TCU na sessão de 24/05/2011); e) Maria de Fátima Soares, portadora do CPF nº 144.665.461-34, nos cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD), Eletrocardiografia, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e de Agente de Serviços Complementares do Comando do Exército, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal foi analisada por aquela Corte de Contas há menos de 5 anos (julgamento pelo TCU na sessão de 07/05/2013);

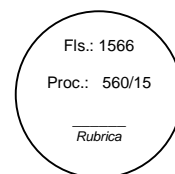
90. Foi enviada cópia da decisão ao egrégio Tribunal de Contas da União por intermédio do Ofício nº 6570/2015-GP (fl. 237).

91. Muito embora não tenha havido determinação específica aos órgãos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



origem distritais envolvidos, alguns deles adotaram medidas a respeito. A SEPLAG enviou o Ofício nº 861/2015-GAB/SEPLAG-DF (fl. 357), onde noticia o apostilamento da informação referente à letra D do item 2, inciso IV, da Decisão nº 3.191/2015 na classificação funcional do servidor João Neris de Oliveira Neto, mat. nº 2621-2 (fl. 360 e 361). A SEMOB enviou o Ofício nº 437/2015/COGEP/SUAG/SEMOB à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU para comunicar a acumulação de proventos de Juvenil José Romeiro, mat. nº 17.408-4 (fl. 955).

92. Pelo exposto, sugere-se:

I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 289/1528, apresentados em atendimento à Decisão nº 3191/2015, bem como das informações deles constantes e relatadas nesta Instrução.

II. considerar ilegais o art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS e o art. 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF, dando ciência à Agência de Fiscalização do Distrito Federal e à Secretaria de Fazenda do DF que o pagamento da indenização de transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório com base em deslocamentos efetuados e sim em relação ao total das distâncias efetivamente percorridas e aos dias em que houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos.

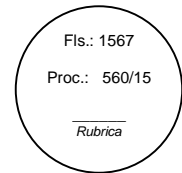
III. determinar, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

- a) a SESDF e as Administrações Regionais do Guará e de São Sebastião justifiquem os pagamentos que vêm sendo realizados a seus servidores, elencados no Quadro I do Relatório de Auditoria (fls. 137/139), a título de Auxílio-Transporte e de Indenização de Transporte, esclarecendo se houve pagamentos concomitantes dessas duas parcelas a esses servidores. Caso a resposta seja afirmativa, deverão realizar os ajustes necessários, a fim de evitar o pagamento concomitante das mesmas, em cumprimento ao art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário;
- b) em relação ao Auxílio-Transporte, a PGDF, a DPDF, a SES, a SE (SIGRH 652 e 802), o DER e as Administrações Regionais de Sobradinho II, do Guará, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

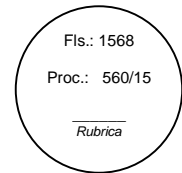


- do SIA e da Fercal devem verificar a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas a que o servidor faz jus, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada, adotando a regularização imediata nos casos em que houver incorreções;
- c) a Secretaria de Estado de Saúde, quanto ao benefício “Auxílio-Creche” percebido em duplicidade pelos servidores Helicinia Giordan Espindola Peixoto, mat. 145760-8 e Ademario Regis de Britto Neto, mat. nº 151544-6, cesse o pagamento de um dos beneficiários, e em relação a eles e aos demais listados no Quadro V (fl. 155) faça o levantamento dos valores pagos em duplicidade a esse título, desde o início de sua concessão até a sua exclusão, adotando, ainda, providências para o ressarcimento dos valores percebidos indevidamente, observada a prescrição quinquenal, tendo em conta que o inc. II do art. 7º do Decreto nº 16.409/95 veda o pagamento simultâneo ao servidor e ao cônjuge e de dependente maior que 6 (seis) anos de idade;
 - d) a SE, a SERIS e a SES justifiquem a possível averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade nos períodos indicados pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria;
 - e) o DER, a SEDF, a SEMA, e a SESDF justifiquem os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, tendo em conta as possíveis divergências nele apontadas, atentando que as situações dos servidores da SEDF Vanderley Carlos Braz, mat. nº 52967-2, Marly Beltrame Faria, mat. nº 46650-6 e Eva de Barros Nogueira Carvalho, mat. nº 300763-4 foram sanadas na forma relatada nesta instrução;
 - f) o DER/DF, a SEDF, e a SESDF esclareçam o pagamento da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, que teriam ingressado nos quadros do Distrito Federal após fevereiro/1998;
 - g) a Agefis, a Casa Civil, a SC, a SE, a SEDHS, a SES e a SINESP esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011;
 - h) a SEF que justifique o reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3, listada no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujo percentual foi bem superior à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011;
 - i) o SLU junte demonstrativo dos cargos/funções exercidos por Napoleão Filho de Freitas, mat. nº 60829-7, com as respectivas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

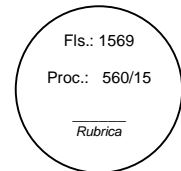


- transformações/correlações com os respectivos fundamentos legais, que justifique os quintos/décimos incorporados atualmente;
- j) a SESDF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nos 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, além de apresentar documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear ambos os incentivos;
 - k) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; e Ministério dos Transportes), abra procedimento específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores **Joan Goes Martins Filho, José Willemann e Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro**, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;
 - l) a Secretaria Geral de Administração desta Corte informe o resultado do procedimento integrante do Processo nº 9810/2011, para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional ao servidor **José Augusto de Andrade Pinto**, em face a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, para fins de restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;
 - m) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar as situações dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, face ao disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interromper imediatamente o pagamento, além de proceder à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir da ciência da SESDF do teor da Decisão nº 2.975/2008, atentando para todos os efeitos subsequentes;
 - n) o SLU adote as providências que entender cabíveis tendo em conta o desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4;
 - o) a SESDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II do Relatório de Auditoria (fls. 109/116);
 - p) a SEDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II do Relatório de Auditoria (fls. 109/116);
 - q) o CBMDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II do Relatório de Auditoria (fls. 109/116);
 - r) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

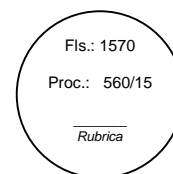


- Companhia, bem como informe os critérios adotados para a distribuição dos valores aos empregados da empresa;
- s) a SES em relação ao Auxílio-Transporte, ajustar o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, devendo efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como vem ocorrendo em alguns casos, com os de **Adonilia Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes**, matrículas SES nºs 1432673-6, 1435398-9 e 143221-4, respectivamente;
- t) a Secretaria de Saúde do Distrito Federal revise a Portaria nº 199/2014, para que não seja mais possível o exercício de jornadas excessivas naquela Pasta;
- IV. determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias:
- a) o IBRAM informe a situação atualizada do Processo nº 391.001393/2015, de interesse de Romulo Pitangui Abdalla, mat. nº 263899-1; bem como da regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. nº 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. nº 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. nº 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. nº 1668179-7;
- b) as seguintes jurisdicionadas esclareçam, junto aos respectivos servidores, as razões para o endereço fornecido para fins de recebimento de Auxílio-transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal:
- b.1) Polícia Civil do DF, Ariosvaldo Rocha Vieira, mat. nº 31861-2;
- b.2) DETRAN, Isaac Amaro da Silva, mat. nº 194172-0, e Karina Fernandes Oliveira, mat. nº 250926-1;
- b.3) SLU, Silvano Ferreira da Cunha, mat. nº 81124-1;
- b.4) SINESP, Renato de Jesus Afonso, mat. nº 261315-8;
- b.5) SEPLAG, Lazaro Cardoso de Oliveira, mat. nº 53070-0;
- c) a Polícia Civil do DF corrija no SIAPE o endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, mat. 43843-X, de acordo com o comprovante apresentado;
- d) o SLU dê ciência a Moacir Ferreira da Cruz, mat. nº 82706-1 que, de acordo com o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), a alteração do endereço residencial deve ser comunicada às repartições competentes no prazo de 30 (trinta) dias, ou quando da entrega da declaração de IR;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- e) a CAESB noticie o resultado das providências adotadas quanto ao recebimento em duplicidade de Auxílio-Alimentação pela servidora Amanda R. de Camargo do Nascimento;
- f) a SEDF informe as providências adotadas com o fim de ressarcimento do recebido indevidamente com a percepção do Auxílio-Alimentação na CAESB e na secretaria pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogerio Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3;

V. determinar, ainda, as jurisdicionadas que:

- a) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da indenização de transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011;
- b) em relação ao Auxílio-Transporte, realizem periodicamente levantamento geral dos servidores que percebem o citado benefício confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH:
 - b.1) com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil, inclusive nos casos em que o servidor declarar ter cônjuge/companheiro, cujos endereços também deverão ser confrontados, procedendo aos ajustes necessários, inclusive o ressarcimento dos valores pagos indevidamente;
 - b.2) com as linhas de ônibus a que o servidor de fato faz jus, as quais encontram-se cadastradas no módulo BENVTL02 do SIGRH, a fim de evitar despesas indevidas;
- c) considerando o que consta das Decisões Administrativas nºs. 4/2015 e 17/2015 e item II, alínea “e”, da Decisão nº 5943/2015, providencie, para os servidores com acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do teto remuneratório, observada a soma das remunerações;

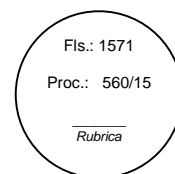
VI. recomendar que:

- a) as jurisdicionadas requeiram aos servidores e empregados que fazem jus ao auxílio-transporte a apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais do mês anterior de modo sistemático (até o 5º dia útil ou até o dia 10 do mês subsequente, por exemplo), para fins de comprovação da despesa, providenciando o ressarcimento ao erário de eventuais valores percebidos nos dias em que não houver comprovação dessa despesa, atentando para o que vier a ser decidido nos recursos tratados no Processo nº 958/2016-e;
- b) a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do DF que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



cláusula de distribuição de lucros e resultados, vincule-a ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo a cada empregado valores de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia;

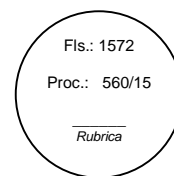
VII. recomendar, ainda, ao Governador do Distrito Federal:

- a) como responsável pela autorização da cessão de servidores no âmbito do Poder Executivo (art. 152, § 2º, I, da LC nº 840/2011), a revisão das cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde, bem como que atente quando das autorizações para futuras cessões para o que dispõe a parte inicial do caput art. 152 da LC nº 840/2011;
- b) o encaminhamento à CLDF de projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos, de modo a resguardar a saúde dos servidores e a assegurar uma prestação de serviços de qualidade;
- c) a edição de norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011, de modo a evitar jornadas excessivas em todos os órgãos distritais, que degradam o atendimento nas unidades de saúde e podem causar danos à saúde dos profissionais;
- d) quanto às VPNIs:
 - d.1) a majoração dessas parcelas apenas quando forem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos indistintamente, como ocorreu, por exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003;
 - d.2) a não inclusão em normas que vierem a ser criadas de outros critérios de reajustes para VPNIs que não seja a majoração apenas de acordo com os reajustes de caráter geral, concedidos a todos os servidores do Distrito Federal;
 - d.3) que vierem a ser criadas em decorrência de decréscimo remuneratório, que haja previsão legal expressa para absorção por reajustes futuros, com a redução gradual até serem extintas (até que a VPNI seja extinta, a soma do vencimento básico com as demais parcelas pecuniárias permanentes, inerentes ao cargo ou à pessoa, e com a VPNI não pode ser superior ao que era pago antes da concessão da VPNI), conforme precedentes do STF e do STJ e considerando que essa parcela visa evitar uma redução momentânea da remuneração, nos termos do art. 37, inciso XV, da CRFB;
- e) quando da criação de gratificações e outras parcelas pecuniárias, atente para a relação entre o custo de implementação e de controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que fariam jus à vantagem; X. cientificar o Sr. Governador do Distrito Federal do montante e do impacto dos reajustes concedidos aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



militares a título de auxílio-moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que em sua conveniência e oportunidade avalie os valores e prazos de implementação dos reajustes;

VIII. autorizar:

- a) a remessa de cópia da presente Instrução e do Relatório de Auditoria às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas, bem como da Tabela I (fls. 103/108) aos jurisdicionados mencionados no item III, alínea "b";
- b) a devolução dos autos em apenso aos respectivos órgãos de origem;
- c) autorizar o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.

À consideração superior.

Brasília, 25 de agosto de 2016.

Otassio Kazuo Yokoyama
Auditor de Controle Externo
Mat. nº 491-0